

ACTA N.º 10

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO  
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM  
24-02-11

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e onze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor **Fernando José Guia Barbosa** e pela Senhora **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, primeiro e segundo Secretários respectivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

Rui Pedro Dias Gonçalves, Rui Vítor Pires Bragança, Maria João Gil Santos Grácio, José Miguel Filipe Baptista, Sérgio Miguel Gil Nunes e Esperança Maria Micael Santos. -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

António Isidro das Neves Ferreira Marques, Manuel Mesquita Domingues, Carina Isabel Moura da Conceição Luis, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, Carlos Manuel Pires Rei Amaro e Jaime Manuel Palha Costa. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Luis Filipe Dias Grácio, Maria de Fátima Conde Búzio e Henrique dos Reis Leal. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

António Silvino da Costa Ferreira e Mário Eugénio Filipe Duarte. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista**: -----

Teresa Maria Ferreira dos Reis Martins. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores João José Pescador de Matos Fanha Vieira, Paula Maria da Costa Pereira, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, Henrique da Cunha Pereira e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, começando por dar posse ao elemento convocado para substituir o deputado que solicitou ausência por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a Paulo Jorge Martins Beirante, que substitui Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta, do Partido Social Democrata. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade do eleito e após a leitura da respectiva acta avulsa de instalação e do respectivo juramento por parte do novo membro, a Senhora **Presidente da Assembleia** declarou-o investido nas funções. -----

Continuando no uso da palavra colocou a acta número nove à votação. -----

**VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO NOVE** -----

---

A acta número nove, referente à sessão ordinária realizada em dezasseis de Dezembro de dois mil e dez, foi aprovada por maioria com vinte votos a favor, sendo nove votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e três abstenções, sendo uma do Partido Social Democrata, uma do Partido Socialista e uma da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, por não se encontrarem presentes na referida sessão. -----

Prosseguindo a Senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Antes da ordem do dia, cabe-me transmitir a esta Assembleia, alguma informação sobre um assunto que está na ordem do dia para aquilo que são os cidadãos, não só os cidadão do Município do Entroncamento, mas do Médio Tejo e que, é objecto de preocupação de todos nós e que tem a ver com o ser ou não portajada a A23. -----

Como é sabido, por força também das diligências deste órgão por um lado, do executivo Municipal e também da Comunidade Intermunicipal, foram encetadas alguns contactos, alguns pedidos de audiência para sensibilizar os senhores Deputados, a Comissão Parlamentar de Transportes, Obras Públicas e Comunicações e o Governo. ---

Relativamente aos senhores Deputados de algumas bancadas, já fomos ouvidos e daqueles que nos ouviram, o acolhimento foi muito positivo relativamente às pretensões da Comunidade Intermunicipal, representada pelo grupo de eleitos à Assembleia Intermunicipal que esteve presente e, por um dos senhores Membros do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal. -----

De igual modo, na Comissão Parlamentar houve um acolhimento de todos os Deputados presentes das várias bancadas partidárias, não tendo estado presente por impedimento um Deputado do Bloco de Esquerda que se disponibilizou e se mostrou solidário também com o trabalho que estava a ser feito. Aguardamos a evolução das diligências que estamos a tentar completar, porque ainda não fomos ouvidos por todas as Comissões Parlamentares. -----

Neste momento correm algumas coisas na comunicação social, nomeadamente contactos que estão a ser feitos a nível nacional, aquilo que nos mantém a esperança é a noção de que, como já foi reafirmado em vários órgãos e por várias vezes, a A23 só é SCUT a partir de Abrantes, isto é, o troço entre a Videla e Abrantes não faz parte da concessão. -----

Podem-nos dizer várias coisas, mas da documentação que encontramos, daquilo que legalmente tem valor, só é SCUT o troço que começa em Abrantes e termina na Guarda. -----

Esta é a força que nos anima e portanto, é a mensagem que vos quero deixar relativamente a este processo.” -----

Pediu a palavra **Henrique Leal**: “ Normalmente teríamos apresentado uma moção sobre este assunto, como aliás já o fizemos em Abril de dois mil e nove, só que as notícias são tão frescas que não houve tempo de facto de fazer outra coisa senão trazer aqui a informação e de alguma forma, tomarmos posição sobre o assunto se a Assembleia entender que a gravidade do que trazemos aqui justificar, que a partir deste documento ou de outra ideia, se elabore uma moção, estamos disponíveis para o fazer também em colaboração ou não com outras bancadas. -----

Com a especial incidência a partir de dois mil e nove, começam a correr com insistência notícias sobre a extinção da Manutenção Militar no Entroncamento. -----

Em Abril de dois mil e nove, a Assembleia Municipal do Entroncamento, atenta à notícia de que estaria “em curso um estudo que poderá levar ao encerramento das

---

instalações da Manutenção Militar do Entroncamento decidiu, por unanimidade, pronunciar-se pela continuidade do funcionamento da Manutenção Militar no concelho e pela continuidade dos postos de trabalho aqui existentes”. -----

Gostaria de fazer aqui um parêntese para dizer que o que nos move, são antes de mais, os postos de trabalho que estão em causa, mas muito honestamente não é só isso, é também por toda a simbologia, por toda a tradição, por todo o papel social inclusive, que a Manutenção tem desempenhado ao longo dos anos e até para o contributo que tem dado ao longo destes anos todos para o progresso e desenvolvimento do nosso concelho.

Respondendo aos boatos que continuam a correr, em Dezembro do ano passado, o Ministério da Defesa afirmou publicamente não existirem condições económicas para extinguir a Manutenção Militar. -----

No entanto, há escassos dias, em oito de Fevereiro, numa posição concertada, as hierarquias militares da Manutenção Militar e das Oficinas Gerais de Fardamento informaram os trabalhadores de que o governo assumiria a extinção das duas empresas, tendo já preparados os diplomas legais que a iria formalizar. -----

A notícia colheu de surpresa todos, provocando natural alarme entre os trabalhadores. -----

No entanto, mais uma vez, em reunião que teve lugar uma semana depois, o Director de Recursos Humanos da Manutenção Militar transmitiu à Comissão de Trabalhadores da Empresa estar mandatado pelo Senhor Secretário de Estado da Defesa para garantir não ter ocorrido qualquer alteração em relação à posição tomada pelo Ministério de Dezembro último. Ou seja, a Manutenção Militar manter-se-ia. -----

Mas, ontem dia vinte e três de Fevereiro, o Ministério da Defesa acabou por confirmar às organizações representativas dos trabalhadores da Manutenção Militar ser certo haver uma reestruturação da Manutenção Militar já em curso. -----

Durante o dia de hoje, vinte e quatro de Fevereiro, as organizações representativas dos trabalhadores terão já entregue ao governo documentação vária, contestando a operação. -----

Seja como for, estão seriamente ameaçados os quase sessenta postos de trabalho da Sucursal da Manutenção Militar do Entroncamento, que (na melhor das hipóteses) poderá ficar reduzida a um simples depósito, com alguns poucos trabalhadores. -----

A ir mesmo por diante a operação, irá agravar-se ainda mais o desemprego na nossa cidade. -----

Grande parte destes trabalhadores poderá ser empurrada para o quadro de mobilidade da Função Pública, agravando as condições de vida de muitas famílias. -----

Será também o fim de uma empresa histórica na nossa cidade e de uma empresa estratégica para o país. -----

Recordamos que o nosso país não tem reservas estratégicas de alimentação em caso de catástrofe e que a Manutenção Militar várias vezes cumpriu um importante papel supletivo, nesse domínio. -----

Ainda há cerca de um ano, quando ocorreu uma catástrofe na Madeira, com dezenas de mortes e uma enorme destruição, foi a Manutenção Militar que ocorreu e resolveu problemas de logística, no imediato. -----

O Bloco de Esquerda condena frontalmente o eventual encerramento da Manutenção Militar no Entroncamento, em resultado de uma estrita visão economicista que não tem em conta a grave crise social existente e os interesses estratégicos, quer do Entroncamento, quer da região, quer do país em geral. -----

---

Era esta questão que queria trazer ao conhecimento da Assembleia, se eventualmente entenderem, que o assunto merece outro tratamento estamos disponíveis para transformar este texto em moção e colocar à disposição da Assembleia.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ De facto isto não nos apanha de surpresa, é um processo que já se arrasta há alguns anos. -----

Há uma moção da Coligação Democrática Unitária com alguns anos, já mais de seis anos e há a moção do Bloco de Esquerda em Abril do ano passado, portanto, é um assunto que já veio aqui várias vezes, é um assunto que já se antevia este desfecho atendendo à política da Defesa Nacional que temos em Portugal, atendendo às cedências de soberania em relação a outros países. -----

De facto, isto vai criar uma oportunidade para os grandes grupos de abastecimento das forças armadas e o nosso potencial em Portugal é extinto. -----

Para o Entroncamento o desenvolvimento desta situação, vem a par de outras situações que o concelho tem vivido nas últimas duas décadas. Um enorme balanço negativo, um défice enorme em termos de criação de emprego. -----

É uma situação que nós vemos com muita preocupação, porque não são só estes sessenta trabalhadores, são as suas famílias também, é uma perspectiva que existia e que vai ser encerrada definitivamente, ou pelo menos, enquanto não tivermos outra política de Defesa Nacional, outra política de defesa dos interesses da economia portuguesa e da soberania nacional. -----

Uma outra questão é um pedido de consulta do processo da requalificação do Bairro Frederico Ulrich. -----

Outro assunto tem a ver com a informação do Senhor Presidente, que diz respeito às escolas e à vida escolar no concelho. -----

Depois de ler a carta da senhora Vereadora da Educação intitulada “Mega Agrupamento só por imperativo legal”, nós concluímos o seguinte: -----

“ Querendo, todos, uma escola **básica dos 2º e 3º ciclos nova** (Ruy de Andrade)/remodelada – para isso o Governo impõe condições leoninas – aceitar assinar o contrato de execução com o Ministério de Educação, é passar para a autarquia o pessoal não docente do agrupamento assim como a nova escola depois de construída e os respectivos custos de manutenção. -----

Ou seja, o Governo encosta-nos à parede. -----

Convém ter em atenção nessa transferência para a autarquia, o que de errado foi cometido pelas outras transferências, e que levou câmaras a prescindir desse contrato passado um ano. Por exemplo autarquia da Sertã. Sobre o assunto recomendamos a consulta do link: <http://www.observatoriople.gov/np4/home.html> e a Associação Nacional de Municípios. -----

Quanto à existência de **mega agrupamentos**, é uma decisão do ministério da educação, mas nós Coligação Democrática Unitária somos contra. Como a medida está a ser implementada, percebe-se que ela é mais do Ministério das Finanças, devido ao ser carácter economicista, única e exclusivamente. -----

Nas resoluções da Assembleia da República 92 e 95, as quais o Partido Comunista Português votou favoravelmente, se forem respeitadas, deve-se ouvir a comunidade local antes de avançar. O Partido Socialista, está com muita pressa para concretizar estas megalomanias, e o Partido Social Democrata segue com atenção e vontade de fazer o mesmo, sem ter em atenção as trapalhadas que fizeram à pressa pelo País, no ano passado, e que ainda dão, e vão dar problemas. -----

De qualquer maneira, deve-se planear com muita atenção, depois de ouvir as pessoas envolvidas, ou seja, Conselhos Gerais e Directores das escolas. O que está em

---

causa nestas “aberrações” atendendo ao número de alunos que o mega passa a ter, é a falta de qualidade, a falta de proximidade, o destruir do excelente trabalho realizado com a verticalização, aproximando o pré-escolar, primeiro ciclo aos segundo e terceiros ciclos, que levou o seu tempo, ou seja, foi uma lenta conquista. -----

Concluindo é pôr por terra o bom trabalho da escola pública, destruindo-a a pouco e pouco. -----

Uma mega, escola pública, com mais de 1500 alunos é muito mau. Já agora qual é a escola privada que tem mais de 2500 ou mais alunos? !!! -----

Algumas forças políticas na Assembleia têm chamado à atenção para o aumento desmesurado do número de trabalhadores na Câmara Municipal, com a criação desta escola, com a passagem, se a Câmara assumir a responsabilidade da gestão da escola, a nova quantidade de trabalhadores que passam a estar sobre a responsabilidade da Câmara Municipal. -----

Portanto, quando se fala muitas vezes do aumento do número de trabalhadores ao serviço da Câmara, tem muitas vezes a ver com a assunção das responsabilidades que não competem à Câmara porque não têm os meios, não tem a dimensão, não tem o saber fazer. -----

A sessão foi aberta com a informação sobre a A23, cumpre-me dizer o seguinte: --

Tive conhecimento que o Partido Comunista Português vai apresentar na Assembleia da República, um projecto de resolução que recomenda ao Governo o fim da introdução de portagens em todo o troço na A23. -----

Faço parte da comissão de utentes da A23 do Médio Tejo, temos uma luta comum porque de facto o objectivo é que não haja pagamento de portagens tanto na A23 como na A24 e A25 e marcamos para dia oito de Abril, uma jornada destas três auto-estradas, com a circulação de viaturas que na nossa zona começa no nó da A1 até Castelo Branco, em Castela Branco juntamo-nos à restante parte da A23 e continua-se em direcção à Guarda, na Guarda está previsto juntarem-se as três auto-estradas. -----

Por outro lado, foi decidido fazer um apelo a todos os órgãos autárquicos dos distritos abrangidos por estas auto-estradas, às empresas, às associações para a participação desta iniciativa. -----

O processo de cobranças de portagens deveria começar no dia quinze de Abril, portanto é natural que comecem a instalar muito em breve os pórticos, que se prevê seja três pórticos, desde a saída do nó da A1 até Abrantes, depois mais oito pórticos desde Abrantes até à Guarda. -----

Esta informação de que não será taxada este troço, parece bastante duvidoso, eu não digo que não, numa situação de dividir para reinar, até é possível, mas também digo que ao fim de um ano, estas propostas minimalistas serão tratadas como regalias, como já temos visto noutras situações e serão abatidas imediatamente.” -----

Continuou **Rui Gonçalves**: “ Em relação à questão da Manutenção Militar, o que foi informado aos trabalhadores que haveria uma redução para um quarto e que os restantes três quartos passariam a mobilidade especial. -----

Efectivamente a situação continua até agora exactamente na mesma, os trabalhadores não foram informados de mais coisa nenhuma. -----

Preocupa-nos como é óbvio, todos sabemos que a mobilidade especial infelizmente não funciona, e temos o exemplo do Ministério da Agricultura em que as pessoas acabam no desemprego. -----

Quanto aos mega agrupamentos, eu remeto para a carta aberta a toda a comunidade educativa explícita na informação do Senhor Presidente, na sua página três, onde está tudo explicado. -----

---

Realmente mega agrupamentos só por imperativo legal, o pior é que o imperativo legal é o governo e se o governo assim decidir, temos que “aceitar”.

Na A23 as questões dos pórticos, esperamos que não sejamos abrangidos por tal cenário injusto, o que não era uma concessão passa a ser taxado. Até hoje foi e é parte das Estradas de Portugal, o troço entre Videla e Abrantes, estamos a estender uma concessão sem qualquer diploma legal, sem qualquer extensão da concessão, vão-se aplicar as portagens e pronto.

Tenho uma opinião muito diferente do senhor António Ferreira, temos que ser solidários, é óbvio, mas a solidariedade vai até certo ponto e aí sou sincero, se eu puder ter isenção até Abrantes, prefiro ter isenção até Abrantes do que não ter nenhuma, mas isso é a minha opinião.”

**Célia Leal** referiu: “ O nosso pedido de intervenção vem no seguimento das informações sobre o fecho da Manutenção Militar, como é evidente, também para o Partido Socialista esse é um problema.

A Manutenção Militar para além de ser uma instituição com décadas na cidade, está enquadrada em alguns agrupamentos militares, servia o Campo Militar de Santa Margarida, Regimento de Cavalaria de Abrantes, Presídio Militar de Tomar, Tancos, não é compreensível a saída da Manutenção Militar, principalmente a parte de panificação saia daqui.

Se nós poderíamos ter aqui a fabricação num concelho perto dos maiores aglomerados de unidades militares, achamos que é incompreensível a saída principalmente do sector da fabricação do pão.

Estamos solidários com isso, qualquer iniciativa que tenha o apoio desta Assembleia Municipal, concerteza que também contará com o Partido Socialista.”

Interveio **Henrique Leal**: “ Presumo que o senhor Deputado Rui Gonçalves não está a desmentir-me, porque mesmo ontem o Ministério da Defesa confirmou, que a tal reestruturação já está em curso, para não dizer que temos outros conhecimentos, por um militar nosso conhecido, que pertence a essa comissão de reestruturação, portanto, não há que ter meias tintas, é de facto um problema grave e julgo que a Assembleia não pode meter a cabeça na areia.”

Prosseguiu **António Ferreira**: “ Em relação aos mega agrupamentos é uma directiva do governo, eles é que impõem e é um facto.

Há resoluções da Assembleia da República que recomendam ao governo para negociar com as autarquias, para serem ouvidas assim como as direcções das escolas. ---

A questão das portagens, das SCUTVIAS e o pagamento ou não do troço entre a A1 e Abrantes, quem faz a cobrança das portagens não são as SCUTVIAS, quem faz a cobrança das portagens é o Estado ou alguma empresa que ele nomeie para fazer essas cobranças e portanto esse impedimento legal, que pressupostamente existiria pode ser ultrapassado pelo governo, a única forma de ultrapassar esta situação é de facto, o bater do pé por parte das populações e a solidariedade entre as diversas regiões.

Não podemos esquecer duas questões, da abrangência da lei que previa as SCUTVIAS, que é o índice do poder de compra dos concelhos, por um lado, e a falta de alternativas por outro. Acontece que os concelhos na nossa zona, de facto, são aqueles que têm índice de poder de compra mais elevados, mais uma razão para estarmos numa posição de força com o governo, com os concelhos que têm mais dificuldades e que têm um índice de poder de compra mais baixo, para que, o todo, não vá acontecer um dia que nos apliquem à nossa região entre o troço da A1 e Abrantes o contrário, pode acontecer exactamente o contrário, porque este troço é o mais rentável do ponto de vista da gestão e da colocação de pórticos.

---

Aliás, à quem diga que este troço já necessita de mais uma via.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Sabemos infelizmente que os projectos de resolução, de recomendação da Assembleia da República têm surtido efeitos nos tempos mais recentes e portanto, é mesmo para lamentar que as deliberações da Assembleia da República, que recomendam alguma coisa não produzam efeito na generalidade dos casos, mesmo nenhum e portanto, os senhores Deputados produzem trabalho, mas depois as consequências desse trabalho são nenhuma e penalizam também as populações. -----

Relativamente à questão dos mega agrupamentos, parece-me que estamos a falar cedo demais de alguma coisa que não tem que ser já agora, que até pode não ser, não vale a pena nós estarmos a chamar uma coisa, que ainda não está à vista. -----

Eventualmente a nossa preocupação e as nossas manifestações excessivas sobre esta matéria, podem ser menos positivas para aquilo que são as pretensões de muito dos intervenientes nos diversos processos de educação no concelho. -----

Considerava prudente que não estivéssemos tão empenhados em falar de algo que não está à porta por um lado, por outro lado, e na sequencias das diversas intervenções, relativas à questão da Manutenção Militar, que obviamente é uma preocupação de todas as bancadas, como é uma preocupação da Mesa da Assembleia e sem dúvidas do Executivo Municipal, sugiro que em sede de Comissão Permanente, possamos trabalhar um documento, que reunindo um consenso das diversas bancadas possa sair como um comunicado desta Assembleia.” -----

Entrou-se de seguida no período de intervenção do público. -----

#### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

Pedi a palavra **Filipa Viana**, que referiu: “ Tenho vinte e sete anos e moro numa casa de habitação social desde dois mil e cinco. -----

Essa casa pertencia aos meus avós, que já lá viviam há mais de cinquenta anos e como já me foi dito, isto é uma situação ilegal que tem sido arrastada durante cinco anos pela Câmara e pela Junta, não sei quem é que toma conta destes assuntos, mas é assim, desde aí vieram-me a dizer tanto a Doutora Laura, o senhor Presidente da Câmara que eu nunca tive contacto directo, houve um contacto entre o meu pai e a minha mãe, o senhor Presidente da Junta de Freguesia, que quiseram regularizar a minha situação naquela casa. -----

Entretanto foi-me aceite um pedido de inscrição para as rendas de habitação social, como foi aceite fora do prazo e houve uma denúncia não sei de quem, anularam a minha inscrição, essa inscrição pela boca das pessoas com quem eu falei, iriam dar-me uma casa de habitação social. -----

Tenho um filho com quatro anos, os meus avós viviam ali há mais de cinquenta anos – peço desculpa estou um bocado nervosa – eu vejo todos os dias, ou mês a mês ciganos, que não tenho nada contra eles, têm todos os direitos como eu, mas mês a mês aparece lá um cigano que nem sequer é do Entroncamento, como é que eu vivo aqui há vinte e sete anos e não me dão o direito a uma habitação, como é que é possível? -----

Só vi a saber disto hoje, porque um vizinho informou-me que a mãe desse vizinho esteve na Junta da Freguesia e disse que eles tinham lá um papel com ordem de despejo para eu sair da casa. -----

O ano passado estive a falar com a Doutora Laura, em privado com a minha mãe, na altura fiz um papel em como residia com a minha mãe, o que é mentira, portanto é ilegal o que eu fiz em assinar um papel a pedido de outra pessoa que realmente é de lamentar. -----

---

Aqui fala-se de auto-estradas, mas os problemas que realmente existem no Entroncamento, que sou eu que tenho um filho com quatro anos e pessoas que vivem naquele Bairro ilegalmente, não são resolvidas. -----

Eu habito ali há cinco anos, tenho tido promessas, vais ali para os apartamentos, Filipa não queres ir viver para o meio dos ciganos, deixa vagar uma casa, agora de repente vêm-me dizer que tenho uma ordem de despejo. -----

Esta situação amanhã mesmo vai ser denunciada ao Ministério Público, porque acho que as pessoas não podem brincar com a vida das pessoas desta maneira. -----

Eu tenho um filho e não vou permitir que ninguém brinque com a vida do meu filho, vão-lhe tirar o tecto? Ele vive ali desde que nasceu, eu moro ali desde dois mil e cinco, acho que isto tem que ser resolvido. -----

Não sou a única que estou nesta situação, adorava que essas pessoas entrassem aqui e fizessem o mesmo que eu estou a fazer e que amanhã como eu vou fazer, dirigir-me ao Ministério Público e denunciar esta situação. -----

Se é ilegal, se foi dito das palavras da Doutora Laura, do Senhor Presidente da Câmara, que houve uma vez que disse ao meu pai, deixe lá estar a sua filha, os seus sogros ainda são vivos, vamos lá esperar pelas próximas eleições, tão simples quanto isto, só tenho pena que o meu pai não esteja aqui agora, porque ele não quer meter-se nisto, porque ele para pedir umas tintas para pintar a casa que está cheia de humidade, é preciso mover montanhas, para conseguir uns baldes de tinta. -----

Tudo o que eu tenho de novo dentro daquela casa, que é na Praceta Dom António da Cunha, fui eu que lá pus de novo. -----

O ano passado a Doutora Laura fez uma visita à minha casa, porque houve um despejo da casa ao lado, que tinham três filhos, um deles bebé nascido recentemente, a Doutora Laura, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, não entrou dentro da minha casa, mas estava lá na altura e a Doutora Laura disse-me assim: Filipa está descansada, agora vamos fazer umas obras em casa, para estares aqui, deixa a situação continuar. Acho que não é assim, tudo o que está lá não foi o Senhor Presidente da Câmara que me deu, fui eu que arranjei, com o meu trabalho. -----

Trabalho todos os dias para dar uma boa educação ao meu filho, tenho o meu filho numa boa escola o que me custa porque a vida não é fácil. Agora vão-me tirar aquela que eu considero a minha casa, acho que é um bocado injusto, ou então, dêem-me o que tenho direito que é uma habitação. -----

Quando me inscrevi, a minha inscrição foi anulada porque foi aceite fora do prazo, então a Doutora Laura aí dizia que isto já era uma segunda ilegalidade, estás lá ilegal naquela casa a morar e aceitar a tua ficha é ilegal também por fora do prazo. -----

A Doutora Laura aconselhou-me a ir viver para casa dos meus pais, eu não vou viver para casa dos meus pais, eles têm a vida deles e nem condições para eu lá viver, na rua não fico, nem que tenha que trabalhar vinte e quatro horas por dia, para alugar uma casa, só que isto é uma situação injusta. -----

Isto não pode acontecer nem comigo, nem com o meu filho, nem com as outras pessoas que lá moram naquele bairro, eu vejo as casas a serem arranjadas todos os dias, o ano passado arranjaram todas as janelas da Praceta, a minha saltaram, parecia que ali não havia casa, esqueceram-se.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Agradeço a sua intervenção, como deve perceber, respostas directas não lhe posso dar neste momento. -----

Há um regulamento da habitação social, aquilo que sei é que as casas do bairro não se transmitem por herança, ou de pais para filhos, há um conjunto de normas que têm que ser seguidas, foram feitas aqui algumas acusações com alguma gravidade e

obviamente da acta desta reunião, após aprovada será extraída certidão para os fins que os visados entenderem por conveniente. -----

Procurarei também ter informação para lhe transmitir e peço que depois junto do funcionário deixe o seu contacto uma vez que é uma munícipe do concelho. -----

Obviamente que, uma queixa ao Ministério Público sobre a sua situação é queixar-se que está ilegal e ao queixar-se que está ilegal, não faço comentários. -----

Peço-lhe que tenha calma e acima de tudo que entenda que as pessoas estão a tentar também cumprir algumas regras, que têm de ser cumpridas. -----

Respeito aquilo que nos trouxe aqui, como penso que toda a Assembleia o respeita, conheci os seus avós, conheço a sua casa, como conheço o Bairro Frederico Ulrich, não em campanha eleitoral, mas do tempo em que era da idade do seu filho e portanto, conheço a situação das pessoas, mas também conheço as regras, a lei e o regulamento. -----

Se houve alguns processos errados que não deveriam ter acontecido, serão apurados, mas teremos que seguir os processos correctos. “ -----

Respondeu **Filipa Viana**: “ Em relação ao Ministério Público e à denúncia que vou fazer, não sou só eu que estou ilegal mas como a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, porque me têm mantido naquela casa com promessas e desde aí nunca vi nada. -----

Vou fazer a denúncia contra a Câmara Municipal e contra a Junta de Freguesia. ---

Foi-me falado numa vereadora, que toma conta da habitação social, que não sei identificar, eu estou naquela casa com o conhecimento e consentimento do senhor Presidente da Câmara, da Doutora Laura e da vereadora que eu desconheço, mas isto foi-me dito a mim, eu estou aqui à frente das pessoas todas, arcando com as consequências.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, entrou-se na ordem dos trabalhos. ----

#### -----ORDEM DOS TRABALHOS-----

#### PONTO NÚMERO UM -----

#### TOMADA DE POSSE DOS ELEMENTOS EM FALTA NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO ENTRONCAMENTO -----

Após a leitura da acta avulsa e de todos os trâmites legais da tomada de posse, a senhora **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Passou-se de seguida ao ponto número dois da ordem dos trabalhos. -----

#### PONTO NÚMERO DOIS -----

#### DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTECCÃO DE CRIANÇAS E JOVENS -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ Foram indicados um elemento de cada força partidária com representação na Assembleia, de que eu vou passar a dar conhecimento e portanto, constitui-se uma única lista para a qual a votação será, sim ou não, e os membros da lista são: -----

Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo, indicada pelo Partido Social Democrata; -----

Carina Isabel Moura da Conceição Luis, indicada pelo Partido Socialista; -----

Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão, indicada pelo Bloco de Esquerda; -----

Telma Cristina Antunes Jorge, indicada pela Coligação Democrática Unitária. ----

Como se trata de nome de pessoas, a votação será secreta. -----

Após a votação, verificou-se o seguinte resultado: -----

Vinte e dois votos a favor; -----

Um voto em branco. -----

---

Passou-se de imediato ao ponto número três da ordem dos trabalhos. -----

**PONTO NÚMERO TRÊS** -----  
**ISENÇÃO DE TAXAS – LICENÇAS DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DE**  
**ESPAÇO PÚBLICO COM PUBLICIDADE** -----

Interveio **Mário Eugénio**: “ Nós vamos votar contra esta proposta por uma razão que é fundamental e para nós é inultrapassável. -----

A deliberação da Câmara do nosso ponto de vista introduz um factor que distorce o mercado e nós não estamos de acordo com isso. -----

Por exemplo no quarto parágrafo diz-se: “ *A economia local, caracterizada por ser uma economia aberta.....*” e depois no parágrafo sexto diz que se isenta o pagamento das taxas quem tenha sede no Entroncamento. -----

Do nosso ponto de vista não concordamos e vamos votar contra.” -----

Continuou **Carlos Amaro**: “ Se nós sabemos que apesar das dificuldades financeiras que este executivo do Partido Social Democrata está a atravessar aqui no Entroncamento, achamos que a isenção das taxas nos moldes que estão referidos, estão de acordo com a realidade que é o nosso comércio local. -----

Assim sendo, a bancada do Partido Socialista acolhe com agrado a proposta do executivo.” -----

Prosseguiu **Henrique Leal**: “ Nós entendemos que de facto a Coligação Democrática Unitária tem toda a razão, dissemo-lo logo desde o primeiro momento, a proposta aprovada pela Câmara é do meu ponto de vista, inexplicavelmente discriminatória por que de facto não há nenhuma razão para se discriminarem empresas, com o critério de que não residem ou não tenham sede no Entroncamento. -----

Há muitos anos que estou ligado à vida autárquica no Entroncamento e houve uma altura, que eu recordo com alguma displicência, para não dizer com alguma tristeza, houve uma altura em que era um pensamento politicamente correcto na praça pública local, de que só era gente de bem, quem era natural do Entroncamento, esquecendo que todos nós somos naturais do país e a nossa terra é aonde nós moramos.

Apesar de tudo, vamos votar favoravelmente a proposta porque pensamos que no quadro social que se vive hoje no nosso país, será um principio para que a curto prazo se corrija esta anomalia e se de facto aplique o principio de politica social que está subjacente à ideia que nós também propusemos embora com um sentido geral e não discriminatório.” -----

**José Baptista** referiu: “ Penso que a posição aqui aprovada é um corolário óbvio do que tem acontecido nos últimos tempos no município. -----

Como está expresso um aumento de quinze por cento de desempregados desde Dezembro do ano passado, expressa bem o que se passa no Entroncamento e é visto nesta proposta, que a economia no Entroncamento se centra em micro e pequenas empresas. -----

Faz todo o sentido que esta premissa de que as empresas estejam sediadas no concelho, seja específico para o comércio no concelho. -----

Também fará sentido, que nos outros concelhos onde está sediadas as empresas que actuam no Entroncamento, façam também esta premissa para que também sejam isentas as empresas com um volume de negócios inferior a duzentos e cinquenta mil euros. -----

Se a proposta no Entroncamento é para proteger o comércio, que são essencialmente pequenas e micro empresas que subsistem destes pequenos negócios, faz todo o sentido que a proposta que aqui é apresentada, seja para as empresas com sede no Entroncamento. -----

---

Neste sentido, obviamente que a bancada do Partido Social Democrata viabilizará e está totalmente de acordo com a proposta. -----

Não conseguimos perceber, aonde é que está o ponto de discórdia da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda neste momento, em que na situação de calamidade do emprego que nós vivemos, vêm a esta Assembleia e propõem que seja chumbada uma medida destas, em que o município do Entroncamento não recebe o que lhe é devido, para poder apoiar as empresas que nele trabalham. “ -----

Respondeu **Mário Eugénio**: “ Era só para dizer que de facto, estou de acordo com o deputado do Partido Social Democrata, quando disse que se deve proteger o comércio do Entroncamento, agora, quando só se protege as empresas com sede no Entroncamento, não se está a proteger todo o comércio do concelho, está-se a proteger só algum comércio do Entroncamento.” -----

Continuou **Henrique Leal**: “ Pagam impostos, criam postos de trabalho, criam riqueza e estão cá, tal qual como todas as outras. -----

Esta posição é literalmente igual àquela de há trinta anos atrás, que dizia que só os naturais do Entroncamento é que eram boas pessoas, os outros eram estrangeiros que caíram aqui de pára-quadras. -----

Quero dizer ao senhor deputado José Baptista, que me deve ter ouvido mal, eu conclui a minha intervenção dizendo que apesar de tudo, esperávamos o bom senso que corrigisse a curto prazo esta decisão e por isso, íamos viabilizá-la, porque por principio a achamos justa.” -----

Não foi possível transcrever a intervenção do deputado Carlos Amaro, por problemas técnicos na aparelhagem. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia**, colocou o ponto número três à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS** -----

O ponto número três “ Isenção de Taxas – Licenças de Publicidade e Ocupação de Espaços Públicos com Publicidade,” foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dois votos contra da Coligação Democrática Unitária. -----

#### **PONTO NÚMERO QUATRO** -----

#### **ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO ENTRONCAMENTO** -----

Continuando no uso da palavra a senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Por acordo entre os senhores Presidentes de Junta, é proposta a eleição da Doutora Teresa Martins, Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, enquanto representante dos Presidentes de Juntas do Município no Conselho Municipal de Educação. -----

Como se trata de nome de pessoas a votação será secreta:” -----

Após a votação, verificou-se o seguinte resultado: -----

Dezasseis votos a favor; -----

Dois votos não; -----

Cinco votos em branco. -----

#### **PONTO NÚMERO CINCO** -----

#### **APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO** -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “ O documento em análise neste ponto da ordem de trabalhos desta Assembleia traz-nos ao conhecimento as actividades do município. --

---

Parece-nos importante que nesta Assembleia se discuta este relatório do senhor Presidente da Câmara. -----

Começando pela área da educação, acho que tem de ser salientadas duas questões:

A primeira, as actividades desenvolvidas pelo município com as escolas e essencialmente com o Agrupamento Alfa que está sobre a sua alçada e por outro lado, aquela que já aqui foi referida, a carta aberta escrita pela senhora vereadora. -----

Esta carta aberta foi dirigida à comunidade educativa, não é o município que quer um mega agrupamento constituído nas escolas do nosso concelho, mas sim, se o Ministério o exigir ele provavelmente, terá que ir para a frente. -----

No capítulo da acção social, temos a registar e bem um aumento significativo dos pedidos de aprovação de cartões municipais de idoso e o número de cartões aprovados e distribuídos é já de mil quatrocentos e três, que na população do Entroncamento é de todo significativo e também para as tarifas reduzidas nos transportes urbanos. -----

Igualmente no programa Entroncamento Solidário, verifica-se um número crescente de utentes, conforme informação do senhor Presidente. -----

De referir que segundo o protocolo feito com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, a beneficiação em sete habitações do Bairro Frederico Ulrich. -----

Pela evolução dos tempos e por aquilo que estamos a viver, a significativa distribuição de duzentos e cinquenta cabazes de Natal, simboliza exactamente a urgência que nós estamos a viver. -----

Com esta constatação de urgência que estamos a viver, o executivo em bom tempo decidiu apoiar as instituições, a Caritas e a Conferência de São Vicente Paulo, da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, com um reforço da dotação que lhes é atribuída e a qual merece obviamente o nosso apoio e solidariedade e deve merece-lo de todas esta Assembleia, porque é em prol dos nossos cidadãos que estas duas organizações trabalham voluntariamente. -----

As actividades desenvolvidas pela Biblioteca Municipal que não têm aqui sido devidamente referidas e que são de louvar, estive a contar os participantes nas actividades da Biblioteca e nos últimos meses houve dois mil cento e trinta e dois cidadãos do Entroncamento, que beneficiaram das actividades da nossa Biblioteca. -----

Quando entramos na secção da Divisão de Obras Municipais, há três obras que são essenciais de referir neste ponto que são: Requalificação do Bairro Frederico Ulrich, Empreitada do Parque Infantil do Parque Desportivo do Bonito e Empreitada de execução do restaurante bar-esplanada do Parque do Bonito. -----

Nós não nos podemos esquecer quem é que são os parceiros da Câmara, houve três obras que se iniciaram sobre organização dos parceiros da Câmara, que foi o Museu Nacional Ferroviário que iniciou a empreitada de remodelação do edificio do ex-Armazém de Viveres, onde está montada a exposição permanente, a Fábrica da Igreja da Sagrada Família que iniciou a empreitada de requalificação do largo e o Clube Amador dos Desportos do Entroncamento que iniciou a empreitada de construção de equipamento de apoio às actividades desportivas. São os três grandes parceiros do Município desta candidatura e acho que são de louvar estas três obras que estão a ser efectuadas. -----

Na Divisão Administrativa e Urbanística, é de referir que houve uma significativa diminuição de verbas de receitas de Dezembro para Janeiro, enquanto que em Dezembro foram de oitenta mil seiscientos e cinquenta e três euros, em Janeiro foram de cinquenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e nove euros, são meses diferentes do ano, mas a verdade é que são valores totalmente díspares. -----

---

No que se refere à situação financeira do Município, como é possível constatar no relatório pelos diversos quadros, podemos concluir que em dois mil e onze, quando comparado com o mesmo período em dois mil e dez, refere-se uma diminuição das receitas em vinte sete vírgula cinquenta e nove por cento, que se deve essencialmente ao decréscimo das receitas em capital em oitenta e sete vírgula oitenta e cinco por cento, o qual resulta principalmente da variação registada na rubrica passivos financeiros. -----

Quanto à despesa, e esta sim é de toda de louvar, a análise dos dados fornecidos pelos serviços a esta Assembleia, comparando a situação actual com a verificada em período do ano passado, constatamos que houve uma diminuição da dívida em um vírgula vinte e um por cento, a dívida referente às despesas de capital, registou uma diminuição de dezoito vírgula zero oito por cento, essencialmente pelos fundo do QREN que entraram e que estavam em atraso. -----

Obviamente que para a bancada do Partido Social Democrata, este sim, são dados de louvar e todo o trabalho que é feito e conta este executivo como sempre contará cada vez que trabalhar com as nossas populações, com o nosso apoio e com a nossa forte convicção, de que é a trabalhar assim que vamos cumprir aquilo que foi prometido aos nossos cidadãos.” -----

Proseguiu **António Ferreira**: “ Em termos financeiros não dá para tirar grandes conclusões a execução do mês. -----

Em relação à Biblioteca, não tenho ouvido críticas muito fortes à Biblioteca, aliás, nós sabemos que a Biblioteca tem tido sempre uma actividade regular. -----

Aquilo que costumamos apontar, é a necessidade da criação de uma nova Biblioteca, com melhores condições.” -----

Continuou **Mesquita Domingues**: “ Era só um pedido de esclarecimento que nos levanta aqui alguma dúvida em relação às obras em curso referente à empreitada de requalificação do Jardim Pereira Caldas, estão aqui verbas que nos parece, que há aqui qualquer coisa, que em nossa opinião, não deve bater certo. -----

Diz que para esta obra havia uma estimativa orçamental de trezentos e oitenta mil euros, mas depois, os valores dos trabalhos contratuais é um milhão setecentos e quarenta e nove mil euros, ou seja, cinco vezes mais.” -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu: “ O senhor Engenheiro Mesquita de facto tem razão, há aqui um erro. De facto a estimativa orçamental era essa, mas na página trinta e sete está o valor e está correcto. -----

Em relação aos assuntos que foram aqui tratados, basearam-se particularmente nas escolas, ainda bem que a senhora vereadora fez este relatório para se saber o que se estava a passar. -----

Com o governo não há nenhuma negociata, há de facto uma obrigação da Câmara em olhar pelos seus alunos, e criar condições para os alunos. -----

Desde o princípio deste mandato, com a senhora vereadora temos tratado deste assunto das escolas, porque ouvia falar na Comunidade Intermunicipal e chegámos à conclusão que era importante nós intervirmos. -----

A meio do ano passado, foi-nos lançado uma réplica pelo senhor Primeiro Ministro, que para executarmos escolas não falta dinheiro, façam projectos para as escolas que não falta dinheiro, mandámos fazer projectos para as escolas e lançamos concursos urgentes para a escola número um Jardim de Infância, para uma nova escola na zona norte da cidade, porque de facto aquela ao aumentarmos o número de salas, ficava sem recreio nenhum e estamos a aguardar que o Mais Centro tome alguma posição sobre esta matéria, as obras estão adjudicadas, não as posso começar e devo dizer porquê: -----

---

Um concurso urgente foi um instrumento criado pelo governo, só dá para obras co-financiadas, o que quer dizer, que mesmo que a Câmara Municipal do Entroncamento, quisesse começar a obra, se ela não vier a ser aprovada não tem o visto do Tribunal de Contas o que é uma ilegalidade. -----

Sobre os mega agrupamentos, nós não temos nada a ver com isso, a Câmara do Entroncamento sujeita-se a uma coisa dessas, mas, só por imperativo legal e isso está na lei. -----

Sobre a A23, há recomendações para não ser portajada, eu próprio fiz em representação dos Presidentes de Câmara do Partido Social Democrata do Médio Tejo, assim como fez o Presidente da Câmara de Ourém, em representação do Partido Socialista, no Médio Tejo, pedindo aos nossos grupos parlamentares para fazer uma recomendação. -----

Faltou dizer aqui alguma coisa ao senhor António Ferreira, o senhor que conhece isto em pormenor, que vive isto muito mais por dentro do que nós, disse que vai haver três pórticos entre a A1 e Abrantes, mas não disse aonde é que eles eram, faltou dizer isso para nos esclarecer. -----

Dia um de Março fui chamado pelo senhor Secretário de Estado, para estar no seu gabinete por causa das portagens da A23, quero dizer, que o que eu procurarei lá fazer é explicar bem os constrangimentos que tem o Entroncamento enquanto uma via completamente urbana, que ele já fez comigo de carro e ficou horrorizado se tiver que passar por aqui o trânsito, tenho que falar na Estação do Entroncamento e de facto nos Hospitais do Médio Tejo é aí que me vou debater. -----

Queria dar um esclarecimento sobre esta senhora que esteve aqui a falar, na intervenção do público. -----

Disse uma gravidade tal, só porque eu a conheço é que eu faço a fé que faz, deixe passar as eleições que depois tratamos disso, haja a primeira pessoa que venha a dizer uma coisa dessas e o pai dela que venha dizer isso. -----

A senhora Vereadora já lá esteve em casa numa sessão de piercings que ela fazia lá em casa, a casa era um centro de negócios desse género, ela diz que não conhece a senhora Vereadora. -----

Está tão preocupada com a casa de habitação social, que não conhece a Vereadora que tem essa tarefa há ano e meio. -----

Em dois mil e cinco ela foi viver para casa dos avós, era uma família que todos eles tinham casa de habitação social, os avós foram para um Lar da terceira idade para a Atalaia, o avô estava muito bom, a avó estava acamada, o senhor pediu-me por tudo para nunca largar a casa, porque se a mulher falecesse ele regressava a casa e tinha condições para isso, só que isto inverteu-se, faleceu o senhor Chorão e ficou a senhora acamada, como está no Lar a casa tem que reverter para a Câmara. -----

Compreende-se porque é que não fizemos lá intervenções e passámos à casa ao lado, porque essa casa era para ser entregue à Câmara e fazer as intervenções quando estiver devoluta. -----

Esta senhora entregou o processo depois de ele ter fechado, foi-lhe dito que se candidata-se enquanto lá estão os seus avós e depois logo vemos, ela não entrou na lista de análise dos processos e portanto, tem que sair da casa. -----

Porque é que só agora o fizemos, ela não estava lá ilegal, o senhor Chorão tinha a casa e estava vivo, a partir do momento que ele faleceu, é que nós despoletámos o processo para reaver a casa. -----

Queria partilhar isto convosco e explicar todo este processo.” -----

---

Nada mais havendo a tratar, a senhora **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e duas horas e cinquenta minutos. -----

A presente acta, depois de lida e visada pelo primeiro secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia:

O 1º Secretário:

A 2ª Secretária: